

FILIPPE RIBEIRO DE MENESES

A GRANDE GUERRA
DE AFONSO COSTA



D. QUIXOTE

ÍNDICE

Agradecimentos	9
Introdução	11
Capítulo 1. Portugal perante a guerra europeia (1914)	23
<i>A República Portuguesa em 1914 (23); Começa a guerra europeia (26);</i>	
<i>O intervencionismo português (32); Preparações militares (38); Bernardino</i>	
<i>Machado e a guerra europeia (41); Os famosos canhões de 75mm (45);</i>	
<i>A posição de Afonso Costa (56); Demoras inexplicáveis (65); Entretanto,</i>	
<i>em África... (74); A queda do Governo de Bernardino Machado (77).</i>	
Capítulo 2. Antes e depois do 14 de Maio (1915)	87
<i>Manuel de Arriaga intervém (87); A «ditadura» Pimenta de Castro (94);</i>	
<i>Afonso Costa passa ao ataque (104); A «revolução» de 14 de maio (110);</i>	
<i>Depois do 14 de maio (114); O papel equívoco de Afonso Costa (120);</i>	
<i>A situação internacional e suas repercussões domésticas (124).</i>	

Capítulo 3. O segundo Governo de Afonso Costa (1915-1916)	137
<i>Afonso Costa regressa ao poder</i> (137); <i>As intenções de Afonso Costa</i> (145);	
<i>Os navios alemães</i> (150); <i>Afonso Costa no Congresso da República</i> (186);	
<i>A formação da União Sagrada</i> (191).	
Capítulo 4. A União Sagrada (1916)	195
<i>Mobilização militar</i> (195); <i>Afonso Costa em Londres</i> (211); <i>Mobilização</i>	
<i>económica, legal e administrativa</i> (224); <i>De novo à espera</i> (238); <i>O golpe de</i>	
<i>Machado Santos</i> (242); <i>O CEP parte</i> (254).	
Capítulo 5. O terceiro Governo de Afonso Costa (1917)	261
<i>A União Sagrada em crise</i> (261); <i>Uma crise governamental anunciada</i> (267);	
<i>A formação de um novo Governo</i> (284); <i>Problemas domésticos a resolver</i>	
<i>(288)</i> ; <i>O CEP em França</i> (292); <i>África</i> (304); <i>Manejos alemães</i> (306);	
<i>Agitação em Portugal</i> (312); <i>Afonso Costa e o Partido Democrático</i> (323);	
<i>As sessões secretas do parlamento</i> (340).	
Capítulo 6. A derrocada (1917-1918)	355
<i>O país e a guerra</i> (355); <i>Em França com Bernardino Machado</i> (366);	
<i>De novo em Paris</i> (372); <i>Entretanto, em Lisboa...</i> (378); <i>O golpe sidonista</i>	
<i>(382)</i> ; <i>A República Nova</i> (388); <i>Afonso Costa preso</i> (392); <i>9 de abril</i>	
<i>de 1918: A Batalha de la Lys</i> (396); <i>O exílio francês, 1918-1919</i> (415).	
Conclusão	427
Notas	443
Bibliografia	507
Índice Onomástico	519
Créditos das fotografias	527

AGRADECIMENTOS

Em 2000 foi publicado o volume *União Sagrada e Sidonismo*, tradução da minha tese de doutoramento no Trinity College Dublin, defendida em 1996. Este ano o orientador dessa tese, Professor John Horne, aposentou-se. Um simpósio organizado para marcar a ocasião serviu para demonstrar a forma como, graças aos esforços conjuntos de John Horne e de Alan Kramer, Trinity se transformou num dos principais centros europeus do estudo da Primeira Guerra Mundial. Aos dois o meu agradecimento, muito especialmente ao primeiro, cujo apoio à minha carreira desde que deixei Trinity tem sido constante. Constante também tem sido o apoio recebido de um número de colegas, amigos e colaboradores: Onésimo T. Almeida, Francisco Carlos Palomanes Martinho, John Paul Newman, David Lederer, Marian Lyons, Adrian Shubert e Timothy Dale Walker e, em Portugal, António Costa Pinto, Fernando Martins, Manuel Baiôa, Noémia Malva Novais, Paulo Jorge Fernandes e Pedro Aires Oliveira. A todos eles a minha gratidão.

Recebi a ajuda direta e valiosíssima de dois doutorandos meus na pesquisa necessária à conclusão deste volume: Anne Rosenbusch, em Berlim, e Graham Kay, em Londres. Uma terminou já a sua tese, o outro ainda não – mas a ambos agradeço e desejo o maior sucesso profissional.

É um enorme prazer trabalhar com o Duarte Bárbara, da Dom Quixote, que apoiou desde o início este volume e que tem sempre demonstrado a maior confiança no meu trabalho. A ele e a toda a equipa que lidera o meu agradecimento.

Por fim, agradeço à minha família, a quem devo tudo: a Alison; os meus pais; o Francisco e a Teresa. Nada faz sentido sem o David e a Sofia, de quem tanto me orgulho, e a quem dedico este livro.

Filipe Ribeiro de Meneses
Maynooth, Julho de 2015

INTRODUÇÃO

A Primeira República divide-se em dois períodos de aproximadamente sete anos, separados pelo regime sidonista e o período agitado que se lhe seguiu, que inclui a «Monarquia do Norte». Para o historiador, a tentação de associar o primeiro septenato à onda de esperança gerada pelo 5 de Outubro e o segundo a um declínio ao qual o 28 de Maio pôs cobro é forte. Tal interpretação afeta naturalmente o juízo feito dos líderes republicanos. São tidos mais em conta os que governaram até dezembro de 1917 do que os que relançaram o regime em 1919. Na verdade, porém, ambos conduziram a República à catástrofe – a primeira temporária (a «República Nova» de Sidónio Pais), a segunda definitiva. Este estudo incide sobre a figura que maior destaque alcançou durante o primeiro septenato: Afonso Costa. Mais precisamente, procura explicar a perda de popularidade que Afonso Costa sofreu durante o período da Primeira Guerra Mundial, um fenómeno que resultou não só no sucesso do golpe de Estado conduzido por Sidónio Pais como ainda colocou um ponto final na carreira política do próprio Afonso Costa. Tentou ressus-

citá-la, através da liderança da delegação portuguesa à Conferência da Paz, que retirou a Egas Moniz, sendo depois, e por várias vezes, convidado a formar Governo – mas nunca conseguiu reunir o consenso necessário para governar nos seus termos, assim como não conseguiu derrubar a ditadura militar iniciada em 1926 e o Estado Novo que dela nasceu.

À primeira vista, o desgaste político de Afonso Costa não tem muito que explicar. Costa, como outros, quis ver Portugal na guerra; conseguiu conduzir o país ao conflito em março de 1916; e foi depois surpreendido pelas consequências – militares e civis, internacionais e domésticas – deste passo, que ultrapassaram as capacidades de resposta do país e do regime. Vítima de uma enorme crise política, social e económica que se alastrou desde o início da beligerância, foi Costa perdendo apoios a nível nacional, nos meios republicanos em geral e, por fim, dentro do próprio partido, até que nada restou, sendo facilmente derrubado por um aventureiro desprovido de bom senso e de qualquer plano coerente para o futuro de Portugal.

Esta leitura é, porém, incompleta. Uma análise mais detalhada do período entre agosto de 1914 e dezembro de 1917 revela uma longa série de situações em que o comportamento de Afonso Costa se mostra ambíguo (senão mesmo contraditório) e as suas decisões nos parecem, hoje, inexplicáveis. São este comportamento e estas decisões que o presente volume propõe explorar, inserindo-os no seu contexto histórico de forma a tentar reconstruir o pensamento e a ação de Costa durante o conflito. Não é, assim, uma história da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, nem uma história política do período: é uma tentativa de narrar e de interpretar o trajeto de uma das figuras-chave da política portuguesa, num momento crucial da vida do país.

Quais são, então, essas situações e decisões que precisam de ser mais bem esclarecidas? Por ordem cronológica, as seguintes: o

posicionamento de Afonso Costa perante a corrente intervencionista portuguesa; o seu papel na crise do Governo Bernardino Machado, em finais de 1914; a recusa em assumir a liderança do Governo após o golpe de Estado de 14 de maio de 1915, que se prolongou pelo resto do ano; o comportamento durante a crise diplomática que finalmente levou Portugal à guerra em 1916; a insistência na constituição do Corpo Expedicionário Português e no seu envio para França; o papel na queda do primeiro Governo da União Sagrada em abril de 1917; a quebra de relações com o Partido Democrático ao longo do seu terceiro (e último) Governo entre abril e dezembro de 1917; e, por fim, o silêncio a que Afonso Costa se remeteu no exílio francês (aparentemente autoimposto), até ao assassinato de Sidónio Pais. Cada um destes episódios será analisado com base em documentação oficial, correspondência particular e diários, na imprensa e, claro está, na larga historiografia do período entretanto produzida. São felizmente já muitas as interpretações da carreira de Afonso Costa, das razões da intervenção portuguesa na Grande Guerra e das consequências deste envolvimento, não existindo consensos sobre estas matérias. Nasceram tais diferenças do tipo de História favorecido por cada investigador, do género de perguntas que faz acerca do passado e dos pressupostos ideológicos com que aborda estas questões; cada uma destas interpretações enriquece o nosso conhecimento do período. Destaco, entre outras obras, os ensaios de Pedro Aires Oliveira («A República e a guerra 1914-1918») e Bruno Cardoso Reis («Da nova república velha ao Estado Novo (1919-1930): A procura de um Governo nacional de Afonso Costa a Salazar») publicados no volume organizado por Luciano Amaral, *Outubro: A revolução republicana em Portugal (1910-1926)* (Lisboa: Edições 70, 2011); Luís Alves de Fraga, *Do intervencionismo ao sidonismo: Os dois segmentos da política de guerra na Primeira República, 1916-1918* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010); o meu próprio *Afonso Costa* (Lisboa: Texto, 2010); Vasco Pulido Valente,

A «República Velha» (1910-1917): Ensaio (Lisboa: Gradiva, 1997); e Nuno Severiano Teixeira, *O poder e a guerra, 1914-1918* (Lisboa: Editorial Estampa, 1996).

Porquê este projeto? Porque, se em grande medida Afonso Costa é hoje lembrado e celebrado (ou condenado) como o autor de importantíssimas medidas que nem mesmo o Estado Novo ousou revogar (Lei de Separação do Estado das Igrejas; Lei do Registo Civil; criação de um Ministério da Instrução Pública; fim do monopólio da Universidade de Coimbra), são menos conhecidas de um público mais vasto as suas ações enquanto governante em tempo de guerra. Em grande medida tal desconhecimento prende-se com a natureza confusa da política republicana da altura; mas deve-se também à dispersão de fontes essenciais, consequência, em grande medida, de dois fatores. O primeiro foi a hostilidade estrutural do Estado Novo ao regime que o antecedeu, servindo-se aquele dos episódios mais penosos e controversos da vivência republicana para legitimar, pela negativa, o regime de Salazar e ignorando o que ambos tinham em comum. O segundo foi a importância atribuída pela historiografia contemporânea ao Estado Novo, em detrimento da República. O centenário desta, em 2010, alterou o panorama; o mesmo se tem passado, desde o verão de 2014, com o centenário da Primeira Guerra Mundial.¹ Tendo sempre defendido a ideia de que a guerra impossibilitou o normal funcionamento da República,² mesmo após o restabelecimento desta em 1919, e acreditando ainda que o desaparecimento de Afonso Costa muito contribuiu para essa situação de crise quase-permanente, pareceu-me ser o centenário da entrada de Portugal no conflito, que se avizinha, o momento ideal para de novo refletir sobre o papel deste estadista durante a Grande Guerra.

*

* *

Afonso Costa emergiu para a política durante a crise do Ultimato, enquanto estudante de Direito em Coimbra. A sua carreira académica foi brilhante; na tese de doutoramento, preparada em cinco meses, elaborou muitas das ideias que o iriam guiar no futuro, se bem que, como veremos, raramente tenha beneficiado de uma situação governamental suficientemente estável para conduzir o país, sem sobressaltos, na direção por ele desejada. Os seus três Governos foram todos curtos, não se distinguindo nesse sentido dos restantes executivos do regime. Primeiro a oposição de outros republicanos e mais tarde as circunstâncias da guerra impediram-no de impor as suas ideias como teria desejado. E quais eram estas ideias? A República, com tudo o que supostamente significava em termos de progresso político não representava para Afonso Costa o fim da viagem: era apenas uma primeira fase necessária para a implementação de um «socialismo integral», o «socialismo do futuro».³ Este socialismo integral, essencialmente reformista, juntava às teorias de Marx a força do Direito; assentando nos princípios de Liberdade e de Igualdade, conduziria à verdadeira Justiça entre os homens. Iria forçosamente chegar – era uma inevitabilidade – e os seus efeitos far-se-iam sentir em todos os campos da atividade humana:

No campo moral, o socialismo, que, com a abolição da propriedade individual e do capital, dá um golpe no *egoísmo e interesse individuais*, que dominam todos os pensamentos dos homens de agora, – pretende fazer substituir esses tão perigosos móveis dos maiores crimes pelo *interesse social*, princípio adequado a uma sociedade que se fundará sobre a justiça e que se desdobrará em atividades harmónicas, e nas forças comuns e alegrias perfeitas da solidariedade.⁴

No pensamento político de Afonso Costa a Igreja, através das encíclicas de Leão XIII, tentava ainda ter uma palavra a dizer na evolução futura da questão social. Estava, porém, condenada ao

fracasso por se colocar inequivocamente do lado dos capitalistas, contra os operários, e acima de tudo por estar preocupada com o seu próprio futuro, procurando garantir o apoio do Estado para continuar a sua obra de domínio espiritual. Um Estado republicano que tivesse a coragem de cortar esse apoio assistiria ao definhamento da Igreja e retiraria daí enormes benefícios. Não podia tal Estado esquecer qual o objetivo final da sua ação, mas não lhe devia sacrificar a sua própria autoridade e o respeito pela Lei. As ideias de Costa foram sendo popularizadas na imprensa e, quando possível, nas Cortes. Na sua seleção de textos assinados por Afonso Costa, A. H. de Oliveira Marques realçou a intenção de Costa de transformar a República no palco para uma caminhada em direção ao socialismo, acompanhando assim o que Costa afirmava ser já um movimento observável em todo o mundo. Mas muito maior impacto do que estas ideias abstratas tiveram os discursos de Costa na Câmara dos Deputados quando visava frontalmente a monarquia. Ao Afonso Costa teórico, divulgador da boa nova socialista, sobrepunha-se o deputado combativo e destemido, capaz de afirmar, numa assembleia hostil, o seu ponto de vista. Em 1900, numa primeira passagem pelas Cortes, insurgiu-se contra uma reforma constitucional em curso, que definiu como inútil: já nada podia valer à monarquia e apenas a adoção do modelo republicano lograria salvar o país. Expulso do hemiciclo sob os apupos de outros deputados, largou ainda, em tom de desafio, um «*Rira bien qui rira le dernier*». ⁵ Seis anos mais tarde, tendo sido eleito por Lisboa, e tendo já ingressado na Maçonaria, iria mais longe. Explorando ao máximo a questão dos adiantamentos à Lista Civil, lançou Costa a famosa frase «por muito menos rolou no cadafalso a cabeça de Luís XVI». ⁶ E lado a lado com este deputado combativo, para quem o desafio lançado ao Trono a partir das Cortes era uma forma essencial de aumentar a visibilidade da causa republicana, havia ainda o Afonso Costa conspirador. Qual o caminho a seguir – esperar os efeitos

dentro do PRP, consolidando as divisões que já se faziam sentir no seio do Governo Provisório. Nas semanas e meses que se seguiram sofreu Costa alguns reveses, começando pela eleição de Manuel de Arriaga para a Presidência da República, em vez de Bernardino Machado, sua escolha pessoal. Acima de tudo desejou Afonso Costa preservar a unidade do PRP, evitando a criação de novos partidos republicanos – e para garantir esse propósito mostrou-se disposto a lançar os mais terríveis ataques contra os seus rivais, pessoalmente (no parlamento ou no congresso partidário) ou através de jornais como *O Mundo*.¹⁰ Também esta batalha estava, porém, perdida: se, por um lado, Manuel de Arriaga, durante 1912, manteve Afonso Costa e a sua facção (os «Democráticos») afastada do poder, por outro a conquista do diretório do PRP pelos apoiantes de Costa levou à criação de dois novos partidos, o Evolucionista e o Unionista. Estes, que se apresentavam como uma força moderada, senão mesmo conservadora, afirmavam-se dispostos a estabelecer pontes para todos aqueles grupos e indivíduos que ainda não se tinham reconciliado com o novo regime. Para Costa, isto era uma impossibilidade: a República tinha sido feita pelo povo contra os seus exploradores, não podendo estes ser chamados ao seu seio. A República ou era radical ou não era nada.¹¹

A cisão no seio do PRP veio alterar por completo o panorama do regime republicano. O PRP, «partido radical revolucionário»¹², fora forjado durante a longa campanha de propaganda contra a monarquia constitucional: não convivia bem com partidos concorrentes, mesmo se saídos do seu seio. Força de vanguarda, não admitia qualquer entrave à sua ação, tida como uma missão de ressurgimento nacional e não apenas uma opção ideológica. Desconfiava quer do camponês quer do trabalhador, e negava-lhes o voto. Urbano e pequeno-burguês, faltava-lhe a força, o peso humano e a ferocidade necessária para uma verdadeira revolução. Como escreveu o já citado Cunha Leal,

[...] deixaram subsistir intactas depois de 5 de outubro de 1910 – a mesma organização do Estado com os seus defeitos e a sua conformação monárquica, a mesma força pública com a sua ineficiência, a mesma diplomacia com a sua incapacidade, a mesma burocracia com a sua madracice, o mesmo professorado com o seu reacionarismo, a mesma magistratura com o seu servilismo, as mesmas forças vivas com a sua impotência.¹³

Talvez este veredicto seja injusto, não só para com os republicanos mas para com as estruturas sociais do país; de qualquer forma o ponto central é importante. A República não era uma panaceia; Portugal não mudou assim tanto de um regime para o outro; e, claro está, os grandes problemas que o assolavam não se resolveram imediatamente: pobreza, analfabetismo, emigração e o destino a dar ao império colonial, demasiado grande para as possibilidades financeiras e económicas do país. De qualquer forma parte da elite política do antigo regime colonizou o PRP, vendo nele o partido natural do poder e na adesão ao credo republicano uma forma de sobreviver no novo regime, sobretudo fora das cidades, onde a penetração republicana era fraca. A adesão ao PRP/Partido Democrático era uma forma de expiar «pecados» passados. A denúncia dos «adesivos» seria constante ao longo dos anos do regime, mas este não poderia ter sobrevivido sem eles.

*

* *

Segundo José Miguel Sardica, o «drama fundamental da Primeira República» residiu em ter sido «um regime revolucionário demasiado urbano, esquerdista e jacobino, num país predominantemente rural, conservador, católico e analfabeto, que viveu em constante complexo de cerco, isolado face ao grosso da população que lhe

competia governar e republicanizar». ¹⁴ A necessidade de defender o monopólio do poder levou os seus dirigentes a abandonarem grande parte das reivindicações que tinham feito nos anos da propaganda republicana até ao 5 de Outubro. Receando serem afogados na grande massa rural e iletrada do país, acabaram por agravar a clivagem entre portugueses, entregando a grande massa da população (a quem negaram voz ativa na defesa dos seus interesses) a quem defendesse outras formas de organizar politicamente o país. A guerra de 1914-1918 foi o momento crítico nesse processo, pois que, oferecendo aos governantes a oportunidade e os meios de, parafraseando Abraham Lincoln em Gettysburg, fazer renascer na liberdade a República, num esforço comum conduzido em igualdade de meios e de sacrifícios, humanos e materiais, acabou por se saldar num fracasso retumbante, ao qual não foram alheias as decisões tomadas por Afonso Costa, cujo pensamento político estava impregnado de contradições que o conflito traria à superfície.

CAPÍTULO 1

PORTUGAL PERANTE A GUERRA EUROPEIA (1914)

A República Portuguesa em 1914

Não é fácil resumir a situação política de Portugal no verão de 1914, quando o Império Austro-Húngaro declarou guerra à Sérvia, dando início à Primeira Guerra Mundial. O parlamento então em funções era ainda, na sua grande maioria, a Assembleia Constituinte eleita em 1911, quando o Partido Republicano Português [PRP] não enfrentava a concorrência de rivais dignos do nome. Transformada no ano seguinte no Congresso da República previsto pela Constituição, fora parte da Constituinte promovida a Senado, sendo as vagas assim criadas no que era agora apelidado de Câmara dos Deputados preenchidas nas eleições parciais realizadas em 1913. No Governo quando do escrutínio de 1913 estava o PRP (denominação caída entretanto em desuso e substituída, no dia a dia, por Partido Democrático), liderado por Afonso Costa, presidente do Ministério. Não foi surpresa para ninguém que dessas eleições tivesse resultado a vitória total dos democráticos sobre os seus rivais, os partidos que do velho PRP se haviam desligado depois da

proclamação da República – o Partido Republicano Evolucionista, de António José de Almeida, e a União Republicana, de Manuel de Brito Camacho. E isto porque era universal a convicção, herdada da monarquia constitucional, de que quem governasse durante eleições as venceria. Era igualmente universal a opinião de que os partidos se construíam através do exercício do poder: que, por outras palavras, o acesso ao Governo era fundamental para estabelecer e fortalecer as redes clientelares que satisfaziam interesses particulares em troca de apoio eleitoral. Se para os democráticos – pelo menos nas suas declarações oficiais – o resultado das eleições parciais de 1913 demonstrava que o povo português confiava no programa e nos líderes do PRP, para evolucionistas e unionistas a leitura da respetiva derrota eleitoral era totalmente diferente. Sem acesso ao poder estariam condenados, num prazo muito curto, ao desaparecimento. Tanto fazia ser a oposição aos democráticos cerrada – o modelo evolucionista – ou meramente tática – o modelo unionista. Se Afonso Costa estivesse no poder quando das próximas eleições gerais, esperadas em 1914, a vitória do PRP seria esmagadora, dando-lhe um domínio parlamentar absoluto.¹

Evolucionistas e unionistas tinham, porém, dois trunfos na manga. O primeiro era o apoio do presidente da República, Manuel de Arriaga, eleito em 1911 pelo Congresso, numa altura em que as divisões partidárias não tinham ainda cristalizado. Não fora o setuagenário Arriaga, tido como conservador, a escolha de Afonso Costa (recaíra essa sobre Bernardino Machado, o primeiro ministro dos Negócios Estrangeiros da República), mas mesmo assim vencera, resolvendo depois frustrar, na medida do possível, um executivo democrático. Conseguiu fazê-lo até 1913, tendo depois de ceder, dado o domínio do partido na Câmara dos Deputados. O segundo trunfo era a maioria que, juntos, unionistas e evolucionistas detinham no Senado. Estava o Congresso nas mãos de dois blocos que se guerreavam, cada um controlando uma Câmara. Se até às

eleições parciais Brito Camacho dera instruções aos seus senadores para colaborarem com o Governo democrático, a partir destas mudou de rumo. Frustrado nas suas medidas legislativas, o primeiro Governo de Afonso Costa acabou por cair em janeiro de 1914, depois de uma intervenção de Arriaga.

Foi prolongada a crise política que se seguiu até que o presidente da República encontrasse uma solução aceitável para ambas as partes: um Governo extrapartidário de «pacificação», capaz de cumprir com a isenção possível um pequeno lote de tarefas essenciais: rever a Lei de Separação do Estado das Igrejas (tida entre democráticos como uma das traves-mestras do regime, mas vista pelos seus rivais como um obstáculo à reconciliação nacional); aplicar uma larga amnistia por crimes políticos; preparar e fazer aprovar um orçamento; e presidir à eleição de um novo Congresso. Comprometeram-se os três partidos republicanos a observarem tréguas durante a vigência deste executivo. À primeira vista favorável às aspirações de evolucionistas e unionistas, e imposto contra a vontade do PRP, este Governo foi entregue a uma figura independente mas próxima deste último partido – o já mencionado Bernardino Machado, regressado por coincidência do Brasil, onde nascera e desempenhava agora o papel de embaixador. O Governo Bernardino Machado – no qual o próprio sobraçava a pasta do Interior, essencial para a gestão das eleições – não era exatamente extrapartidário, como o sonhara Manuel de Arriaga, tendo sido recrutadas algumas figuras ligadas aos partidos políticos: mas eram estes ministros homens de segundo plano dentro das respetivas combinações partidárias. Nem todos os observadores estavam convencidos de que este Governo, embora liderado por um homem conhecido pelo seu extraordinário tato pessoal, conseguisse realizar eleições dignas desse nome, uma vez que, embora tivesse nomeado novos governadores civis, os administradores de concelho – os verdadeiros fabricantes de resultados eleitorais – mantinham-se nos seus postos, tendo sido nomeados

pelo Ministério anterior; quando muito, alguns foram transferidos de um concelho para outro.² Por outras palavras, a máquina eleitoral democrática continuava de pé.

Começa a guerra europeia

Apesar dos compromissos assumidos pelos partidos políticos quando da sua formação, o Governo de Bernardino Machado foi sempre marcado por uma enorme fragilidade. Em junho de 1914 sobreviveu a uma primeira crise, sofrendo importantes alterações mas seguindo o seu caminho rumo às eleições que atraíam todas as atenções. No verão, porém, foi surpreendido pelo eclodir da guerra, que sujeitaria Portugal a pressões internas e externas fortíssimas e impossíveis de ignorar, desviando o executivo da rota previamente traçada, já de si difícil. Logo a 4 de agosto, o Foreign Office definiu o princípio que iria nortear a sua relação com Portugal ao longo do próximo ano e meio. Por um lado, declarou que, se a Alemanha atacasse território português, a Grã-Bretanha obedeceria às estipulações da Aliança, vindo em socorro de Portugal; por outro, porém, fez um pedido:

For the present moment His Majesty's Government would be satisfied if the Portuguese Government refrained from proclaiming neutrality. In the event of His Majesty's Government hereafter considering it necessary to make any demand upon the Portuguese Government which would not be compatible with the latter's neutrality, they would appeal to the alliance as justification for such demand.³

A Grã-Bretanha reservava assim o direito de conduzir Portugal à guerra quando e como quisesse, pedindo-lhe logo à partida que não declarasse a sua neutralidade no conflito de forma a não estorvar qualquer futura manobra diplomática ou militar britânica. A comunicação não era uma ordem – mas dada a natureza das relações entre os dois países, tinha praticamente o mesmo efeito. Porém, como lembra

Nuno Severiano Teixeira, a Aliança era um instrumento defensivo e, tendo declarado a guerra à Alemanha sem consultar Lisboa, Londres estava agora a esticar os termos do convénio ao tentar determinar a conduta portuguesa.⁴ Bernardino Machado preferiu não questionar este procedimento. No dia seguinte, e sem nenhuma ligação a esta declaração, desconhecida do grande público, deram-se as primeiras manifestações de apoio à causa aliada em Lisboa, por ocasião da partida, no *Sud-express*, de cidadãos franceses entretanto mobilizados. A opinião republicana foi rápida em culpar a Alemanha pela guerra (um «tremendo conflito que o insofrido imperialismo alemão provocou tão imprudentemente») e elogiar os participantes nesta manifestação («do melhor deste País [...] gente nova que é toda a promessa e toda a esperança da Pátria»), que atravessou a cidade, terminando junto à legação britânica.⁵ Escreveria Norton de Matos mais tarde, «o sentimento nacional manifestou-se imediatamente e unânime, naquela primeira hora: na contenda que se tinha aberto, o País era inteiramente contrário à Alemanha; queria a guerra com ela».⁶ Uma semana de guerra bastou para o Governo de Bernardino Machado se encontrar sob fogo cruzado entre as forças que recomendavam paciência e as que clamavam pela beligerância.

Em resposta a estes acontecimentos o presidente do Ministério convocou a Câmara dos Deputados para uma sessão extraordinária a 7 de Agosto. Num clima de grande tensão, mas obedecendo à lógica ditada por Londres, Bernardino Machado declarou que

Logo após a proclamação da República todas as nações se apresaram a declarar-nos a sua amizade, e uma delas, a Inglaterra, a sua aliança. Por nossa parte, temos feito, incessantemente, tudo para corresponder a essa amizade que deveras prezamos, sem nenhum esquecimento, porém, dos deveres de aliança que livremente contraímos e a que em circunstâncias algumas faltariamos. Tal é a política internacional, de concórdia e dignidade, que este Governo

timbra em continuar, certo de que assim solidariza indissolavelmente os votos do venerando chefe do Estado com o consentimento coletivo do Congresso e do povo português.⁷

O chefe do Governo apresentou também uma proposta de lei, que foi aprovada, segundo a qual eram «conferidas ao Poder Executivo as faculdades necessárias para, na atual conjuntura, garantir a ordem em todo o país e salvaguardar os interesses nacionais, bem como para acorrer a quaisquer emergências extraordinárias de carácter económico e financeiro», prestando contas o Governo ao Congresso «do uso que tiver feito dessas faculdades». A missão do executivo de Bernardino Machado era assim consideravelmente alargada (não se podendo dizer o mesmo, porém, do termo do seu mandato). Mas o que significava, de facto, a declaração de Bernardino Machado, que surpreendeu Londres pela velocidade com que foi feita?⁸ Reinou um enorme desentendimento sobre esta questão. Sebastião de Magalhães Lima, grão-mestre maçónico, escreveria mais tarde que Bernardino Machado, em agosto de 1914, «proclamou do alto da tribuna parlamentar a nossa intervenção na guerra».⁹ Seria sem dúvida essa a interpretação dominante nos círculos intervencionistas, mas outros tinham uma visão bem diferente do que fora afirmado em São Bento.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Alfredo Augusto Freire de Andrade, oficial do Exército com larga experiência africana que aderira à República depois do 5 de Outubro, tentou encapsular a posição portuguesa num memorando que circulou aos colegas do Governo, a 9 de agosto, e aos ministros Manuel Teixeira Gomes, em Londres, e Augusto de Vasconcelos, em Madrid (mas não João Chagas, em Paris), a 17:

Não declaramos a neutralidade, declaração esta que direito internacional não exige, somos neutrais, e devemos cumprir os deveres

da neutralidade. Assim o tem entendido a Inglaterra e os outros países beligerantes, que não nos têm pedido declaração alguma. E não declaramos neutralidade porque, tendo um tratado de aliança com a Inglaterra, não o devíamos fazer, por isso que, de um momento para o outro e quando solicitados pela Inglaterra, podíamos ter que faltar aos deveres dos neutros.¹⁰

Neste importante documento, Freire de Andrade explicou ainda que a neutralidade era a situação que mais convinha a Portugal, devido à sua fraqueza militar e financeira. Quando muito, podia Portugal reunir 50 a 55 000 homens, «insuficientemente equipados e municados». E sendo a Aliança com a Grã-Bretanha defensiva, e sendo «a Inglaterra [...] obrigada a auxiliar-nos na nossa defesa, se formos atacados e não se atacarmos por nossa iniciativa», nem convinha a Portugal provocar a Alemanha a declarar guerra, estratégia por demais transparente que podia resultar na recusa britânica de qualquer auxílio a Portugal:

É por isso que tenho sempre procurado mostrar os inconvenientes da linguagem por vezes ofensiva e até insultuosa de parte da imprensa contra os alemães e os dirigentes da Alemanha [...]

Preferia ainda o ministro que os jornais não excitassem a população pela publicação de notícias sobre preparações militares em curso ou de opiniões que interpretassem como pouco digno o caminho traçado pelo Governo. Freire de Andrade procurava por meio deste memorando criar dentro do próprio Governo um consenso sobre o caminho a seguir, consenso esse que seria depois alargado às missões diplomáticas no estrangeiro

Totalmente diferente era a opinião de João Chagas, antigo jornalista, conspirador e presidente do Ministério em 1911. Chagas, que não estava ainda ao corrente das mensagens trocadas entre Londres

e Lisboa, manifestou a sua oposição ao rumo aparentemente adotado por Lisboa em comunicação oficial, enviada a 9 de agosto:

Os telegramas de Lisboa nos jornais desta tarde dizem que o Governo português, posto que não pretenda faltar aos compromissos da aliança Inglesa, não renuncia à neutralidade. Esta informação que suponho destituída de fundamento, pois é contraditória, destrói completamente o efeito das primeiras declarações do Sr. Bernardino Machado.¹¹

Por outras palavras, Chagas acreditava que o Governo estava a recuar após ter dado um passo importante rumo à beligerância.

Como escreve Noémia Malva Novais, Chagas agia «com base na convicção comum nos meios políticos e militares europeus de que a Guerra seria curta», sendo ainda a sua atuação marcada «por uma forte influência cultural francesa, a que se associavam os generalizados sentimentos antigermânicos.»¹² Porém, como o documento acima citado indica, Chagas julgava também as notícias chegadas de Lisboa pelo efeito que tinham na opinião francesa: era a opinião sobre Portugal expressa nos jornais parisienses – num momento de enorme delicadeza e pouca clarividência – o critério supremo para a determinação do caminho a seguir. Tal forma de avaliar a situação iria dificultar, e muito, a ação do Governo português, dado o prestígio de que Chagas gozava, quer em Portugal, quer em França.

Nem Freire de Andrade convenceu Chagas, nem conseguiu criar o desejado consenso no seio do Governo a que pertencia. A incerteza era patente dentro e fora do executivo. Meses mais tarde, a 19 de março de 1915, o diário lisboeta *A Capital*, geralmente tido como próximo de Bernardino Machado, publicou o relatório que o ministro da Guerra desse Governo, o general António Júlio da Costa Pereira de Eça, deveria ter lido ao Congresso em dezembro de 1914 mas nunca o fez, devido à queda do Ministério. Sobre a

posição diplomática do país, escreveu Pereira de Eça, «não mantínhamos, de modo algum, uma neutralidade que, nem se podia nem se devia manter nesta conjuntura».¹³ Uma primeira história da participação de Portugal no conflito, redigida em fevereiro de 1917, afirmou que «o voto unânime do parlamento em 7 de agosto de 1914 significava meramente o desejo geral de todos os partidos de se fortalecerem pela adesão declarada à tradicional política da aliança inglesa, ao passo que não obrigava ninguém a aceitar qualquer linha definitiva de ação, sendo delegadas todas as responsabilidades no Governo».¹⁴ Em julho de 1917, durante uma sessão secreta do Congresso, Brito Camacho afirmou que a declaração de Bernardino Machado nada tivera que ver com uma hipotética declaração de guerra, tendo sido previamente mostrada aos chefes de partido e aos ministros da Inglaterra e da Alemanha.¹⁵ E nessa mesma ocasião, Afonso Costa afirmou o contrário, fundamentando o seu ponto de vista na «vontade manifesta do país» – isto é, na participação popular em demonstrações pró-Aliados e nos comentários da imprensa republicana. A saída à rua do povo da capital e a publicação de artigos intervencionistas em alguns jornais, teriam referendado adequadamente a opinião pública, forçando Bernardino Machado a reconhecer o inevitável e a pôr o país no caminho para a guerra.

Houve assim, desde os primeiros dias da guerra, uma divisão no seio da classe política portuguesa não só sobre o caminho a seguir como ainda sobre algo de muito mais fundamental – o caminho entretanto percorrido. Defrontavam-se posições completamente diferentes sobre a natureza do conflito e a forma como este iria afetar – ou poupar – Portugal. Subjacentes a estas interpretações existiam modos distintos de compreender o papel do regime republicano em Portugal e de identificar quem detinha a legitimidade necessária para traçar o curso do país – quem era, ou não, um verdadeiro republicano. Por fim, ligada a estas questões, existia uma outra: França ou Grã-Bretanha, qual o país a cuja opinião pública e oficial mais

interessava agradar? De um lado, Freire de Andrade, julgando ter de seu lado o resto do Governo, e o ministro em Londres, Teixeira Gomes, que escrevia, a 28 de agosto, «exorto o Governo português a resistir com firme serenidade a quaisquer sugestões que desviem a atitude conservada até agora, única que me parece convir aos interesses portugueses». ¹⁶ Do outro, João Chagas, de início isolado, avisando que «cumpre-me informar novamente V. Ex.^a [Freire de Andrade] que a imprecisão da política portuguesa neste momento está produzindo o pior efeito na opinião deste país». ¹⁷ Freire de Andrade respondeu a esta última comunicação em extenso ofício a 31 de agosto. ¹⁸ Talvez tivesse sido melhor incluir Chagas na lista dos recipientes do memorando redigido a nove – pelo menos teria poupado ao ministro dos Negócios Estrangeiros repisar os mesmos argumentos de fundo. Concluía Freire de Andrade esta missiva pedindo a Chagas que se dignasse «cooperar com o Governo no sentido da política que este tem seguido [...] não nos deixando desviar dela por quaisquer razões com que queiram influir sobre nós». Chagas não se dignou a cooperar, desenvolvendo uma diplomacia paralela que muito complicaria a situação.

O intervencionismo português

Muitos historiadores se debruçaram já sobre a causa intervencionista em Portugal, poucos de forma tão acertada como, há mais de 30 anos, Hipólito de la Torre Gómez, quando explicou que, para os intervencionistas, a guerra era uma «oportunidade». ¹⁹ Para estes, Portugal, país pequeno com um grande e apetecível património colonial por consolidar, não podia ficar arredado da contenda, nem mesmo se remetido para a não beligerância por Londres. Porém, no imaginário intervencionista a guerra europeia ultrapassava as questões materiais; representava o ensejo de inverter a decadência nacional, devolvendo ao país o prestígio há muito perdido e conduzindo ao seu reconhecimento pelas potências europeias como

uma entidade viva, claramente distinta de Espanha e capaz de se afirmar na cena mundial. Essa nova vivência portuguesa desenrolar-se-ia num mundo mais justo, em que quiçá teria a própria guerra desaparecido, de acordo com o progresso da humanidade rumo à justiça e solidariedade. Tal como a reação havia sido batida em Portugal em 1910, era necessário agora fazê-lo além-fronteiras, a bem de toda a humanidade. Sem a vitória dos Aliados, a missão histórica da República ficaria por cumprir. E, claro, havia ainda questões de cariz político doméstico que tornavam necessária a participação de Portugal no conflito: destas, a mais importante era a afirmação irrevogável do regime republicano dentro de Portugal, graças a um esforço comum ao serviço da Pátria e à gratidão dos povos livres do mundo. Surgia a guerra assim como um agente da mudança em Portugal, permitindo a mais fácil implementação do programa radical elaborado, melhor do que ninguém, por Afonso Costa.

Perante a imensidão do conflito, que prometia fazer ruir a ordem europeia vigente, os portugueses politicamente ativos espalharam-se ao longo de um eixo principal. Praticamente não havia verdadeiros germanófilos (sendo a exceção um pequeno lote de monárquicos), apesar deste termo se tornar, nos anos seguintes, um insulto corrente. O desejo de uma vitória aliada era praticamente universal em Portugal. As diferenças existentes relacionavam-se antes com o comportamento a adotar perante a guerra. Assim sendo, estavam os portugueses divididos em intervencionistas e defensores da neutralidade – por outras palavras, em guerristas e antigueristas.²⁰ Praticamente todos os republicanos, como se pode imaginar, eram aliadófilos – partidários dos Aliados – oscilando entre anglófilos (alguns) e francófilos (a grande maioria). Mas nem todos eram intervencionistas, e mesmo este intervencionismo pode e deve ser mais bem definido, de acordo com várias categorias que não se querem nem absolutas, nem estanques, nem necessariamente contemporâneas umas das outras. O primeiro era um intervencionismo imediato,

generoso (alguns diriam quixotesco) e incondicional, que apelava à participação de Portugal na guerra antes que esta terminasse, contra a vontade de Londres, se necessário. Os seus expoentes máximos eram João Chagas, que via na guerra um processo de afirmação de Portugal e da República, uma forma de finalmente sair da sombra britânica; Sebastião de Magalhães Lima; e um oficial da Armada, o capitão-tenente Jaime de Leote Rego, que cedo se destacou pelo seu fervor guerreiro – sendo por isso mesmo disciplinado depois de uma série de artigos e conferências instando «porque o governo adotasse uma política clara e ativa de apoio aos Aliados e enviasse tropas para a França».²¹ Afirmaria Magalhães Lima,

[...] a guerra atual, que reveste o carácter de uma revolução, está precisamente preparando a reconstrução da sociedade pela bondade e pela justiça. Sou insuspeito para vos falar assim, porque, pacifista de longos anos, penso que, só pela guerra, levada aos seus extremos redutos, poderei realizar o meu ideal de sempre. Há doenças que, para se curarem radicalmente, demandam uma operação cirúrgica. E tal é o caso presente.²²

Pouco numerosos entre as figuras políticas de primeiro plano do regime, estes intervencionistas radicais tinham, porém, excelentes ligações internacionais, sobretudo em França, e às suas opiniões era atribuído grande valor pela imprensa e pela «rua». Durante breves instantes, neste grupo contou-se António Machado Santos, o irrequeto «herói da Rotunda», oficial da Armada que não tinha ainda digerido o fracasso da sua carreira política após o 5 de Outubro.²³ Este grupo demonstrava nos seus escritos e intervenções uma profunda desconfiança das intenções de Londres, atitude que sobreviveu à guerra e se manifestou em obras posteriores. Assim, Augusto Casimiro escreveu, no seu *Naulila*, publicado em 1922,

Face ao futuro incerto da guerra, vitória alemã, vitória inglesa, é preciso que a velha, consagrada dependência se não modifique. As nossas colónias serão matéria larga para acomodações possíveis. A Sir Edward Grey, à sua política, só convirá pois, um Portugal, discreto e apagado, que a guerra não arranque, enobrecendo-o, aos estreitos limites de um país vivendo, na aparência, inteiramente sob a suserania inglesa.²⁴

Uma segunda variante do intervencionismo nacional nascia do desejo genuíno de ver o país envolvido na guerra, mas pautava-se pela necessidade de alinhar o país com os desejos da Grã-Bretanha. Estes homens, porém, estavam determinados a agir junto da velha aliada para que esta desse a luz verde à intervenção portuguesa. Não se resignavam, por outras palavras, a esperar por um convite que talvez nunca chegasse. Seria esta corrente a mais influente, embora se desenvolvesse com bastante lentidão – não existia ainda de forma coerente em 1914, durante o Governo de Bernardino Machado. Por último, havia quem desejasse fazer única e exclusivamente o que Londres pedisse, por não acreditar que a beligerância fosse intrinsecamente mais benéfica do que a preservação da Aliança britânica. Se fosse necessário, o país lutaria contra a Alemanha, lado a lado com a Grã-Bretanha quando e onde esta lho indicasse, mas melhor seria se tal não fosse necessário. Havia, por outras palavras, leituras muito diferentes das consequências diplomáticas da não intervenção: poderia Portugal, mantendo-se fiel à Aliança mas sem combater a Alemanha, esperar que a Grã-Bretanha velasse pelos seus interesses, sobretudo em África? Que garantias havia de que, mesmo combatendo, esses interesses seriam respeitados? Se forçado a intervir, poderia Portugal limitar a sua participação à defesa dos seus territórios ultramarinos?

Um aspeto notável do intervencionismo português – extensível, aliás, ao intervencionismo de outros países europeus que entraram

tarde no conflito – foi a sobrevivência da já referida ilusão de uma guerra curta. Escrevia Freire de Andrade a Teixeira Gomes, a 1 de setembro de 1914,

Desde o começo da guerra, julgando que esta era brincadeira de crianças e que a Alemanha estava já derrotada, logo se estabeleceu uma tendência, infelizmente animada por muitos que deviam ter juízo e perspicácia de homens que sabem pensar, de que era preciso irmos para a guerra, para apanhar alguma coisa da pele do urso.²⁵

Esta convicção da derrota iminente dos Impérios Centrais manteve-se viva ao longo dos dois anos seguintes, apesar da falta de movimento na Frente Ocidental, com consequências prejudiciais para os interesses nacionais. Graças a este sentimento de enorme urgência, raramente se discutiu em Portugal o custo provável de uma participação ativa e permanente nos combates em França, onde regimentos e mesmo divisões inteiras podiam ser pulverizados numa só batalha, mas onde a contribuição portuguesa seria sempre, pela sua escala, simbólica. A guerra foi encarada mais como um fenómeno moral do que material.

Não se deve porém considerar o intervencionismo português como um fenómeno isolado. Nos países do norte da Europa, a situação era diferente – não só a proximidade dos principais beligerantes era maior como uma tradição democrática mais sólida permitia a coexistência de pontos de vista distintos sem conduzir a uma situação de rutura interna. Porém, um após outro, vários países a sul e a leste foram entrando de forma voluntária na guerra: Bulgária, Itália, Portugal, Roménia e Grécia. Apesar da sua vetustade e longa tradição liberal, Portugal agiu como uma jovem nação inexperiente. Também em Espanha se desenvolveram correntes intervencionistas, se bem que estas tenham sido frustradas nos seus intentos. Em todos estes países que intervieram as consequências